



APRESENTAÇÃO | RAÇA NEGRA E EDUCAÇÃO 30 ANOS DEPOIS: E AGORA, DO QUE MAIS PRECISAMOS FALAR?

PRESENTATION | BLACK RACE AND EDUCATION 30 YEARS LATER: NOW, WHAT ELSE DO WE NEED TO TALK?

PRÉSENTATION | RACE NOIRE ET ÉDUCATION 30 ANS PLUS TARD: ET MAINTENANT, DE QUOI D'AUTRE AVONS-NOUS BESOIN POUR PARLER?

PRESENTACIÓN | RAZA NEGRA Y EDUCACIÓN 30 AÑOS DESPUÉS: Y AHORA, ¿QUE MÁS NECESITAMOS HABLAR?

Anna M. Canavarro Benite¹

Amélia Artes²

Cleber Santos Vieira³

Ivair Augusto Alves dos Santos⁴

João do Prado Ferraz de Carvalho⁵

Nicea Quintino Amauro⁶

Rachel Oliveira⁷

Sandra Unbehaum⁸

¹ Professora associada e coordenadora do PIBID química da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão-LPEQI-UFG. Coordenadora do Coletivo Ciata-grupo de estudos sobre a descolonização do currículo de ciências. Ativista do grupo de mulheres negras Dandaras no Cerrado. Editora da Revista da ABPN. *E-mail:* anitabenite@gmail.com

² Doutora em Educação. É pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (DPE/FCC). *E-mail:* aartes@fcc.org.br

³ Doutor em Educação. Professor adjunto do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP. *E-mail:* clebersvieira@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Sociologia. Executivo Público da Secretaria de Saúde de São Paulo. *E-mail:* ivairs@gmail.com

⁵ Professor Adjunto IV do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória - Núcleo Unifesp). Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História e Geografia para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (DE- EFLCH- UNIFESP).

⁶ Professora Adjunta, nível 3, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), lotada no Instituto de Química, aonde é coordenadora de área do sub-projeto interdisciplinar do campus Santa Mônica sobre educação para as relações étnico-racial e orientadora no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) e do Programa de Pós-graduação em Química da Universidade Federal de Uberlândia (PPQUI). Editora da Revista da ABPN.

⁷ Doutora em Educação. Professora Titular do Departamento de Ciências de Educação - DCIE- da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

⁸ Doutora em Educação. Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas – FCC.

O presente número da Revista ABPN é resultado direto dos temas e desafios subjacentes ao lugar que o ensino de história ocupa na formação de futuros professores e professoras na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos. No segundo semestre de 2016, a releitura dos escritos de Joel Rufino dos Santos, em especial do artigo “Livros didáticos: um mal necessário?” publicado, em 1987, no *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, da Fundação Carlos Chagas, “Raça Negra e Educação”. Impulsionaram a reflexão sobre os vínculos entre ensino de história e educação para as relações étnico-raciais para outra temporalidade, outros temas, outras lutas, outras pautas.

Concluída a leitura da revista várias sensações foram despertadas:

Fiquei a vagar os olhares pelas páginas amareladas do número 63 da revista *Cadernos de Pesquisa*. Neste mundo tão marcado pelos recursos digitais, fui seduzido pelo tatear da versão impressa daquele periódico. Primeiro reli inteiramente a seção “Livro Didático: análises e propostas”. depois a revista inteira. Mas foi o olhar intensivo sobre a capa, uma jovem mulher negra, de lápis em uma das mãos e lenço branco na cabeça, que me deslocou daquele dezembro de 2016 de intenso calor para outra temporalidade. Aos poucos fui me dando conta de que alguns lugares comuns das políticas públicas de igualdade racial na esfera educacional atual, tais como educação das relações étnico-raciais e obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, em 1987, eram ainda objetos de sonhos e lutas, projetos de lei, ensaios de experiências em uma ou outra cidade ou estado, eram quase um teatro de incertezas bravamente discutida por intelectuais e militantes negros e negras⁹.

O *Cadernos de Pesquisa Raça Negra e Educação* traduz um contexto histórico e político específico: o da ausência de políticas educacionais para o enfrentamento das desigualdades raciais¹⁰. E o fez com um estilo singular, distinto dos atuais padrões de formato e critérios dos periódicos de divulgação científica lastreados pelo Qualis/Capes. A revista foi constituída a partir de informações que evidenciavam o racismo nas escolas paulistas, fruto de pesquisa realizada em 1986 pela Fundação Carlos Chagas, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e do recém-criado Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, que procurava atuar em diferentes áreas, sendo uma delas a da educação, com vistas a sensibilizar o poder público para a discriminação presente nas escolas. O objetivo concreto era interferir nos

⁹ Vieira, Cleber Santos. Sobre as origens do Seminário Raça Negra e Educação 30 anos depois. In: Mesa Redonda Raça Negra e Educação 30 anos depois, Belo Horizonte, 2018.

¹⁰ Rosemberg, Fulvia & PINTO, Regina Pahim. (orgs.) Raça negra e educação *Cadernos de Pesquisa*, nº 63, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, novembro de 1987.



conteúdos curriculares, gerar materiais didáticos, repensar a formação de professores. Um aspecto relevante, naquele contexto, e expresso nos diferentes artigos publicados no CP 63, é justamente o de apresentar experiências educacionais oriundas das organizações populares.

O CP 63 foi também espaço para uma intervenção intelectual e militante no debate da Constituinte (1986-1988), deslocando a discussão de uma perspectiva estritamente acadêmica para o fértil terreno dos movimentos sociais, das salas de aulas, dos quilombos e quilombolas. Passados trinta anos, de um contexto de muitas demandas no campo das relações raciais foi inevitável considerar a possibilidade de reunir as/os intelectuais e ativistas daqueles últimos anos da década de oitenta e ouvi-las/os junto com uma nova geração sobre as conquistas – afinal, elas ocorreram – mas, também sobre as dificuldades ainda não superadas.

Essas reflexões motivaram a formulação do “Projeto – Seminário Raça Negra e Educação (Cadernos de Pesquisa, nº63, 1987) 30 anos depois”. Em dezembro de 2016 este documento foi entregue ao professor Moysés Kulhmann Júnior, atual editor do CP e pesquisador da FCC. A proposta recebida com apreço foi compartilhada com Amélia Artes e Sandra Unbehaum, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Gênero, Raça/Etnia: Educação, Trabalho e Direitos Humanos, no qual além de pesquisas foram desenvolvidas iniciativas como o Programa Bolsa¹¹, Programa Equidade¹² e o Edital Negros e Negras nas Ciências¹³. O objetivo proposto para a FCC era o de apresentar

¹¹ Em 2001, o escritório central da Ford Foundation criou um programa internacional de bolsas de pós-graduação para ser implementado em 22 países, ditos “em desenvolvimento” ou de economia emergente, situados em quatro continentes. Tratava-se de uma nova versão de uma prática tradicional da Ford Foundation de oferecer bolsas de estudos visando à formação de lideranças nacionais, a partir da oferta de bolsas geridas por instâncias nacionais. No Brasil, a organização, gestão e avaliação do projeto ficou sob responsabilidade da Fundação Carlos Chagas. O Programa Bolsa, como ficou conhecido, destinou-se, principalmente, a pessoas autodeclaradas negras ou indígenas, nascidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e provenientes de famílias com reduzidas oportunidades econômicas e educacionais. Foram realizados oito processos seletivos, com 343 beneficiários. Mais informações ver: Rosemberg, Fulvia. Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. Coleção Textos FCC, v. 36, 2013.

¹² O concurso de “dotações para formação pré-acadêmica: equidade na pós-graduação”, conhecido como Programa Equidade foi uma parceria do Escritório do Brasil da Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas. O objetivo geral era estabelecer parcerias com Universidades para o oferecimento de cursos de formação pré-acadêmica para estudantes egressos de experiências de ações afirmativas (em sua maioria negra e indígena), tendo em vista sua preparação para o processo seletivo em programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e regiões. Doze universidades participaram da iniciativa entre os anos de 2012 e 2015.

¹³ O Edital Negros e Negras nas Ciências financiou, durante o ano de 2015, cinco projetos de pesquisa, também com recursos da Fundação Ford, que pesquisaram sobre a subrepresentação de negras e negros

“um precioso mapa de estudos dos problemas pertinentes a raça e educação, abrangendo fronteiras que se alargam desde aspectos identitários e de socialização da criança negra, em perspectiva histórica, antropológica e sociológica, até temas mais específicos da pedagogia como a formação de professores ou avaliação”. Este desejo somou-se ao interesse da FCC de dar visibilidade aos estudos realizados a partir do “Edital Negras e Negros nas Ciências”. Naquele momento surgiu a parceria NEAB/Unifesp e FCC e o forte desejo de realizar um seminário.

Já nas primeiras conversas, foram sendo elencadas várias conquistas desde os anos oitenta, pós Constituição, fruto das lutas dos movimentos sociais, muitas das quais incidiram em políticas de ação afirmativa, como as medidas de inclusão racial na graduação e na pós-graduação, bem como a importância da Lei n. 10.639, sancionada em 2003, para alterar os artigos 26-A e 79-B da LDB, tornando obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A criação da ABPN em 2000, é reflexo também dessas conquistas. Atualmente, reúne cerca de dois mil pesquisadores(as) negros(as), de todo o Brasil e de pelo menos quatro outros países, em 16 áreas científicas. A ABPN soma nos dias atuais: dez edições do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as; o I encontro de pesquisadores da temática quilombola; tem contribuído para a materialização do Fórum Nacional de Educação Básica com a realização do Simpósio Nacional de Educação Básica, os Copeninhos. Além disso, participou também da realização de quatro edições da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e contribuiu nas discussões que resultaram na promulgação do Decreto 6.040 em 2007, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana ,culminando em 09 de maio de 2016 com a instituição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT.

No processo de nomear algumas dessas conquistas no campo da educação para as questões raciais, também surgiram, na mesma proporção, vários desafios: o acesso ao ensino superior não é necessariamente garantia de permanência; a inserção no mercado de trabalho é extremamente desigual entre negros e brancos; a evasão escolar na

nas áreas de maior prestígio do saber, as Ciências Exatas, Biológicas, da Saúde e Tecnológicas. Seus resultados foram apresentados no Seminário e os textos estão presentes nessa publicação.

educação básica atinge sobretudo meninos negros; o racismo na sociedade e a violência contra jovens negros apresenta taxas inaceitáveis etc.

Para a FCC e para o NEAB/Unifesp foi se reafirmando a importância de reunir pessoas-chaves, como a profa. Rachel de Oliveira (UESC, Ilhéus-BA) e Ivair Augusto Alves dos Santos, responsáveis pela organização do Seminário o Negro e a Educação, realizado no auditório da FCC, em dezembro de 1986, do qual resultou o CP 63; bem como as professoras Anna M. Canavarro Benite e Nicea Quintino Amauro, diretoras da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2017, para compor a Comissão Científica. Juntas e juntos foi organizado o Seminário *Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?* O reconhecimento pela Comissão Científica da importância histórica de reunir diferentes gerações de pesquisadores, professores universitários, militantes consagrados, militantes jovens em torno de uma agenda cara ao movimento negro brasileiro, se expressa na composição das cinco mesas: *Desigualdades Raciais, avanços e persistência*, com a participação de nomes de referência no tema na discussão das marcas de desigualdades resistentes; (2) *Negritude, Cultura e Identidade*, um encontro da geração de 1987 e atual nas discussões sobre identidades e culturas; (3) *Políticas Sociais e Educacionais: conquistas e novas lutas*, como o Estado, a Política e a sociedade se organizaram em torno do tema; (4) *Resultados das pesquisas apoiadas pelo Edital Negros e Negras nas Ciências*, proporcionou um debate sobre os impactos das políticas de ações afirmativas na inserção das negras e dos negros no campo das ciências exatas e; (5) *Novas coletividades e a agenda da educação: espaços formais e informais*, no encontro com representantes do movimento negro atual e coletivos, uma rica discussão dos caminhos futuros de luta, transformação e resistência.

O Seminário *Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?* ocorreu nos dias 22 a 24 de agosto de 2017, no Auditório Marcos Lindenberg da Unifesp, Campus São Paulo, prédio que abriga um dos mais tradicionais cursos de graduação da instituição, a Medicina, no qual a presença de negras e negros somente tornou-se realidade expressiva através das políticas de ações afirmativas delineadas para as Instituições Federais de Ensino, sobretudo após a lei 12.711/2012. Por três dias o Campus São Paulo da Unifesp foi tomando por quase 200 pessoas negras, muitas delas jovens estudantes que não conheciam aquele espaço. O evento

reuniu ainda pesquisadores de mais de vinte instituições de ensino superior brasileiras, um importante segmento da comunidade universitária brasileira que, desde 2002, se organiza articulado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), atuantes na graduação e em programas de pós-graduação, nas temáticas de educação das relações étnico raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, em diferentes áreas do conhecimento. Somou-se ao público a presença de professoras/es que exerceram funções gestoras em diferentes espaços de atuação, formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a população negra, bem como jovens estudantes e ativistas de diversas faixas etárias. O resultado foi um encontro acadêmico e político, rico em histórias, ideias e experiências que, certamente, permitiram um relevante balanço crítico.

Na abertura do evento Maria Malta Campos, editora responsável pela revista em 1987 relembrou o momento histórico de redemocratização, no qual o Cadernos de Pesquisas, cujo primeiro número data de julho de 1971, já havia organizado alguns números especiais: *Marginalização cultural*, em 1975; a *Situação da mulher*, no mesmo ano; *Desnutrição, pobreza e desenvolvimento mental e crianças*, em 1979; *A família em questão* em 1981; *Educação e Marginalidade na América Latina*, em 1982; *Educação e Trabalho*, em 1983; *Alfabetização*, em 1985 e *Mulher*, no mesmo ano. Segundo Maria, uma condição positiva, do ponto de vista editorial, era a relativa liberdade que havia na naquela época, para mesclar e combinar diferentes tipos de texto – depoimentos, transcrição de debates, entrevistas – quebrando a rigidez da forma usual de organização da revista e de apresentação de problemas socialmente relevantes. Ao falar da organização do CP 63, relembrou as organizadoras do número especial, Regina Pahim, Maria Lúcia de Barros Mott (Cuca) e Fulvia Rosemberg. A preocupação com o uso de imagens e a carência de fotos de crianças negras estudando, revelava uma ausência na representação iconográfica brasileira. Fulvia buscava fotos que retratassem crianças negras à escola e não as encontrava. A foto elegida para a capa da revista, a de uma menina africana (ou caribenha), estudando e refletindo, como descreveu Maria, quis expressar uma imagem não-estereotipada. Ainda assim, essa ausência-presença desnudava os enormes desafios para a população negra e seus direitos à educação garantidos.

Em sua Conferência de abertura, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, rememorou a importância do confronto de ideias e perspectivas feitas por pesquisadores experientes, não negros, com as de pesquisadores negros iniciantes, também com militantes junto ao Movimento Negro. Nos anos oitenta, próximo à constituinte, negros e negras, objetos ou sujeitos de pesquisa, marcavam suas referências teórico-metodológicas e suas experiências vividas assinalando o que entendiam ser pertinente ou não para pesquisas sobre racismo na educação brasileira, notadamente nos currículos, em materiais didáticos, em relações pedagógicas. Passados quase quatro décadas, o debate atual não perde em complexidade, tampouco a marcação do lugar de pertencimento e de atuação política.

A leitura de contexto realizada por Petronilha, ao lado das reflexões de uma geração de pessoas ímpares na luta pelos direitos da população negra brasileira, em particular na educação, como: Rachel Oliveira, Luis Alberto Oliveira Gonçalves, Henrique Antunes Cunha Junior, Zélia Amador de Deus, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Ivair Augusto Alves dos Santos, todos presentes na edição 63 dos Cadernos de Pesquisa, somam-se a de vozes como Nilma Lino Gomes, Maria Lúcia da Silva, Vera Regina Rodrigues da Silva, Carolina Rocha, Ecivaldo de Souza Mato, Luis Otavio Ferreira e de não-brancos como Amélia Artes, Carolina Rodrigues de Souza, Tatiana Dias, André Lázaro E nos provoca a produzir e divulgar evidências por de estudos sobre negros negros e educação, como um projeto de sociedade em que estejam incluídos, respeitados e valorizados na sua diversidade. A monitoria do evento foi realizada por 20 jovens¹⁴, estudantes negros e negras dos cursos de graduação da Unifesp, participantes em coletivos negros, particularmente o NNUG – Núcleo Negro Unifesp Guarulhos. Naqueles três dias, o encontro de diversas gerações constituiu-se em um singular espaço de sociabilidade negra, promovendo uma experiência das mais importantes, e inspiradoras.

A discussão sobre educação e raça não poderia restringir-se ao debate acadêmico, devendo incluir também uma reflexão a partir da expressão artística, uma

¹⁴ Amábile Gonçalves Senas, Amanda Silva Teixeira, Caroline de Souza Seemann Flutuoso, Edgar Murilo Ferreira Pio, Eric Augusto Xavier da Silva, Everton Gabriel Santos de Leão, Gerson Sergio Brandão Júnior, Gisela Santos da Silva, Karolina Desireé Vatgem Rodrigues, Larissa Cordeiro da Silva, Leandro Nascimento Pereira, Maria Ferreira da Conceição, Marina Felício Santos, Matheus dos Santos Souza, Nathalia Fernanda dos Santos, Nayara Santana Amâncio, Priscila Fernandes Ribeiro, Ricardo Monteiro Cavalcante, Roseana Carolina Ayres Lourenço e Thamára Marques Thomé.



ferramenta importante para a educação não-formal, como forma legítima de produção e disseminação de conhecimento e, também, como meio de denúncia da violação de direitos, uma realidade no universo dos negros e negras. As apresentações culturais envolveram jovens artistas negras e negros como Elizandra Souza, Débora Garcia, Jô Freitas, Thata Alves e Taissol Ziggy do Sarau Das Pretas, um sarau artístico-literário, protagonizado por mulheres negras, atuantes no cenário cultural periférico da cidade de São Paulo; o jovem escritor e poeta Akins Kintê, criado na Zona Norte de São Paulo; as “Capulanas Companhia De Arte Negra”, atrizes, mulheres pretas e periféricas e artistas de longa trajetória e experiência como a poeta Miriam Alves, dramaturga e prosadora, nascida, em São Paulo, em 1952 e Salloma Salomão, músico, pesquisador, africanista.

A importância do Seminário pôde ser dimensionada, mesmo antes de sua realização, pela repercussão nas redes sociais e nos espaços acadêmicos. As inscrições, realizadas no site da FCC, alcançaram o número de 280 inscritos por dia de evento (o limite do auditório). Tivemos uma participação presencial média de 150 pessoas por dia. A transmissão pela internet do evento, com a utilização dos recursos próprios disponibilizados pela Unifesp e, a partir da iniciativa dos jovens do NNUG, permitiu a transmissão de conteúdos e parte das apresentações das mesas via You Tube e facebook, por meio da fan page do NEAB-Unifesp e a página do evento mostraram que com as novas tecnologias as formas de participação também se multiplicam e diversificam. Informações fornecidas pelo Facebook Insights mostram uma importante dimensão do impacto do Seminário e do interesse pelo evento: nos três dias foram registrados o acesso de 293.724 pessoas, em busca de algum tipo de conteúdo relacionado ao evento, totalizando 22 mil minutos de visualização.

Finalizado o evento a sensação era a de que precisávamos registrá-lo para além da memória dos que lá estiveram. Dos 21 participantes das mesas, 17 entregaram artigos sobre suas participações. Todos foram lidos por dois membros da Comissão Científica. Em vários momentos, o seminário era lembrado e a sua publicação, como uma forma de registro histórico e para a história, cobrado.

O Comitê Científico do Seminário e o Comitê Editorial da Revista da ABPN convidam para a leitura desse rico, diverso e necessário conjunto de artigos e relatos de experiência. Organizados na estrutura das mesas do Seminário, em uma tentativa de reproduzir as linhas de discussões e reflexões realizadas, uma forma de se aproximar do

“espírito” do Seminário. Publicar pela ABPN é a maior prova de que se em 1987 cabia a uma Fundação, como a Carlos Chagas, organizar uma publicação de referência, hoje, esse espaço só poderia ser próprio e reconhecido por pesquisadores negras e negros. Se em 1987, os temas das desigualdades educacionais para os negros eram centrados no acesso às séries iniciais da escolarização básica, nos currículos escolares e nos preconceitos presentes nos livros didáticos, passados 30 anos, os avanços conquistados precisam, mais do que nunca, ser reafirmados e ampliados ainda em 2019. As discussões travadas durante o Seminário *Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?* e aqui apresentados em artigos transitam sobre o acesso aos programas de pós-graduação, as vagas de docentes universitários, os desafios para cumprimento da Lei 10.639/03 - Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a desigualdade de inserção nas diferentes áreas de produção de conhecimento e carreiras acadêmicas, e a organização de novas formas de organizações, participações e resistências nos múltiplos espaços sociais.

Desejamos a todos os leitores uma viagem por trinta anos de história da educação antirracista deste país. Boa leitura.